

Política Corporativa de Concorrência

Aprovado pelo Conselho de Administração
do El Corte Inglés, S.A.
28 de junho de 2023

Versão 2.0 de 30 de outubro de 2024

Índice

1. Introdução 1

2. Objetivo … 2

3. Âmbito de aplicação 2

4. Direito da concorrência: conceito e regulamentação. 2

5. Princípios de ação 3

6. Práticas proibidas pelas regras do concurso 3

6.1 Comportamentos horizontais 3

6.2 Comportamento vertical 6

6.3 Abuso de posição dominante 8

6.4 Conduta desleal 8

7. Riscos no contexto das operações de fusões e aquisições 9

8. Consequências jurídicas do incumprimento das regras do direito da concorrência 10

9. Sanções pela aplicação das regras de concorrência 11

10. Diligência devida na seleção de terceiros 11

11. Conhecimento e declaração de cumprimento 12

12. Comunicação de incumprimentos 13

13. Adoção, entrada em vigor e atualização 14

14. Radiodifusão 14

15. Controlo, acompanhamento e supervisão 15

15.1 Controlo e monitorização 15

15.2 Supervisão da auditoria interna 15

Anexo I - Definições 18

.

NOTA: **O Anexo I** contém as definições dos termos frequentemente utilizados no presente documento e nos regulamentos conexos que constituem o Sistema de Gestão da Cumprimento Penal do EL CORTE INGLÉS.

Introdução

No Grupo El Corte Inglés, tal como se reflecte nos princípios estabelecidos no Código Ético do Grupo, a honestidade, a responsabilidade e a integridade são valores que devem reger qualquer ação e/ou negociação dos seus empregados e dirigentes. O referido Código Ético já estabelece que tais valores corporativos constituem a referência que deve inspirar a conduta ética e responsável dos empregados e dirigentes do Grupo, pelo que implica a necessidade de que as transacções comerciais, bem como qualquer outra atividade, sejam realizadas de forma honesta, íntegra, profissional e transparente. Mais especificamente, esta Política desenvolve a secção relativa à integridade, transparência comercial e concorrência do nosso Código de Ética, segundo a qual o Grupo se compromete a conduzir as suas atividades, através dos seus empregados e dirigentes, de acordo com os princípios de uma concorrência sã e em cumprimento com todas as regras e regulamentos aplicáveis.

Desde a sua criação, o Grupo Corte Inglés comprometeu-se a cumprir todas as leis e regulamentos em geral, tanto nacionais como internacionais, das jurisdições em que desenvolve a sua atividade e, em particular, o direito da concorrência.

É por esta razão que El Corte Inglés declara, por acordo do seu Conselho de Administração, e em desenvolvimento do já estabelecido no seu Código Ético, a sua vontade de se alinhar com as melhores práticas em matéria de cumprimento das normas de concorrência, especialmente as contidas no *Guia sobre programas de cumprimento das normas de defesa da concorrência* (doravante, o "Guia") da Comissão Nacional dos Mercados e da Concorrência (doravante, a "CNMC"), datado de 10 de junho de 2020.

Assim, na ECI, a cultura de cumprimento é promovida e incentivada pelo órgão de direção, que está totalmente empenhado na conformidade regulamentar em geral e, em especial, no cumprimento da legislação em matéria de concorrência.

A cultura do Cumprimento Normativo do Direito da Concorrência é parte intrínseca das políticas de gestão da Organização, razão pela qual o Grupo El Corte Inglés adopta a presente Política Corporativa de Concorrência (doravante, a Política), cujo incumprimento implicará as correspondentes consequências disciplinares (ver secção "Comunicação de incumprimentos" do presente documento).

Através desta Política, o órgão de administração do El Corte Inglés, S.A. declara que o cumprimento do Direito da Concorrência não é apenas uma obrigação legal, mas um

elemento central da cultura da Organização e da sua responsabilidade perante os seus clientes e fornecedores.

O Grupo El Corte Inglés não participa nem tolera qualquer tipo de conduta que infrinja o direito da concorrência, e compromete-se a garantir que, no desenvolvimento das suas atividades, cumpre todas as leis e regulamentos em matéria de concorrência.

Objetivo

A presente política visa estabelecer critérios básicos de atuação em matéria de concorrência e proporcionar uma melhor compreensão do que é o direito da concorrência e dos comportamentos proibidos, a fim de prevenir, identificar e evitar infracções ao direito da concorrência.

Como é obrigatório para todos os empregados e executivos do Grupo El Corte Inglés, espera-se que todos os Membros da Organização (i) compreendam os princípios básicos do Direito da Concorrência e o seu impacto na atividade da Organização e nas suas funções diárias, (ii) evitem condutas que possam infringir as normas de concorrência e (iii) comuniquem eventualmente, através dos canais previstos para o efeito, qualquer facto que detectem nas políticas do Grupo ou dos seus empregados ou executivos que possa constituir uma infração a estas normas.

Âmbito de aplicação

Esta Política é obrigatória e aplica-se globalmente a todas as empresas que compõem o Grupo.

Todos os Membros da Organização devem respeitar o seu conteúdo, independentemente do cargo que ocupam e do território a partir do qual operam. Aplica-se igualmente aos Parceiros Comerciais no exercício das suas atividades no seio do Grupo.

Este compromisso deve ser formalizado como indicado na secção "7. Conhecimento e declaração de cumprimento" da presente política.

Direito da concorrência: conceito e regulamentação.

O antitrust é um ramo do direito especificamente concebido para preservar a livre concorrência em todos os aspectos das atividades económicas, impedindo restrições à concorrência, a fim de, em última análise, proteger os consumidores através da proteção do processo concorrencial.

Em Espanha, é aplicável a legislação antitrust espanhola (Lei 15/2007 sobre a Defesa da Concorrência e Lei 3/2013 sobre a Criação da Comissão Nacional dos Mercados e da Concorrência, juntamente com os seus regulamentos de execução), bem como a legislação antitrust da União Europeia, principalmente incluída no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e na sua legislação de execução.

Princípios de ação

O Grupo El Corte Inglés espera que qualquer Membro da Organização cumpra os seguintes princípios:

- **Respeito pela lei:** Assegurar o cumprimento rigoroso de todas as leis e regulamentos em matéria de antitrust aplicáveis ao Grupo.
- **Concorrência leal:** Promover um ambiente de concorrência leal e justa, evitando práticas de distorção do mercado susceptíveis de prejudicar os consumidores ou outras partes interessadas.
- **Prevenção de comportamentos anti-concorrenciais:** Identificar e prevenir qualquer comportamento anti-concorrencial.
- **Transparência:** Manter uma comunicação clara e aberta sobre as nossas práticas comerciais, assegurando que todas as transacções são realizadas de forma transparente e em cumprimento com os regulamentos aplicáveis.
- **Colaboração com as autoridades:** Colaborar com as autoridades antitrust competentes, fornecendo as informações necessárias e não dificultando as investigações.
- **Ética e integridade:** Atuar sempre com ética e integridade, respeitando os princípios da concorrência leal e promovendo um ambiente empresarial justo e competitivo.

Práticas proibidas pelas regras do concurso

1.1 Comportamentos horizontais

Existem certos tipos de acordos entre concorrentes (ou seja, acordos horizontais) que podem conduzir a ganhos de eficiência e, em última análise, beneficiar os consumidores. Pode ser o caso, por exemplo, de um acordo de compra conjunta ou de uma colaboração em matéria de I&D, desde que estejam reunidas determinadas circunstâncias.

No entanto, existem outros tipos de acordos entre concorrentes que são proibidos pelo direito da concorrência devido ao seu objeto ou efeito anticoncorrencial e cuja aplicação envolve, por conseguinte, riscos elevados. A proibição de acordos restritivos aplica-se

independentemente da forma do acordo: a proibição aplica-se tanto a acordos formais (por exemplo, acordo escrito) como a acordos informais ou menos vinculativos ou mesmo não vinculativos (por exemplo, "acordos de cavalheiros", cartas de intenção, acordos orais, etc.).

Os acordos entre concorrentes que tenham por objeto ou efeito restringir a concorrência são estritamente proibidos. Assim, são proibidos, entre outros, os seguintes tipos de acordos entre concorrentes:

1.1.1 Preços

São estritamente proibidos os acordos entre concorrentes que tenham por objeto ou efeito a fixação de preços ou de quaisquer outras condições de transação.

Por isso, na prática, são **estritamente proibidas** as seguintes condutas, entre outras, nas empresas do Grupo El Corte Inglés e nos seus concorrentes:

a) Fixação de preços mínimos ou preços fixos, margens, descontos, abatimentos, crédito, condições de pagamento, etc;
b) Coordenam-se para aumentar ou diminuir os preços, incluindo indiretamente através dos seus fornecedores;
c) Comentário sobre os preços em geral, incluindo as tendências;
d) Fazer pedidos ou aceitar informações sobre preços;
e) Participar nas reuniões em que são discutidos os preços;
f) Comente as estratégias para aumentar os preços;
g) Discutir ou coordenar a forma de repercutir um determinado aumento de custos no mercado;
h) Discutir ou coordenar os preços a oferecer aos clientes.

A política de preços e as condições comerciais aplicadas pelo Grupo devem ser sempre fixadas **unilateralmente**.

1.1.2 Atribuição de clientes ou territórios

Os acordos entre concorrentes que tenham por objeto ou efeito a partilha do mercado são estritamente proibidos. Tais acordos podem ocorrer, nomeadamente, de várias formas:

a) Partilha do mercado geográfico: as partes no acordo atribuem mutuamente certos territórios e comprometem-se a não operar nas áreas reservadas ou atribuídas à outra parte;

b) Partilha do mercado do produto: as partes atribuem os produtos/serviços que cada parte poderá oferecer no mercado, abstendo-se de comercializar os produtos/serviços que não lhes foram atribuídos;
c) Atribuição de clientes: as partes atribuem os clientes que cada uma delas poderá servir, renunciando aos que não lhes foram atribuídos.

Os pactos de não agressão, as ameaças e os comportamentos de sinalização (por exemplo, comunicações de intenções de fixação de preços) são proibidos. No entanto, é lícita uma decisão genuinamente unilateral de aumentar os preços, de não vender um determinado produto ou de não prestar determinados serviços num determinado mercado geográfico ou a um cliente ou grupo de clientes.

1.1.3 Conluio em concursos (públicos ou privados)

Os acordos entre potenciais concorrentes para manipular as propostas em concursos, públicos ou privados, são proibidos pelo direito da concorrência e, em algumas jurisdições (por exemplo, Espanha), podem também constituir uma infração penal (no caso de leilões públicos). A mera troca entre concorrentes de informações sensíveis do ponto de vista da concorrência (tais como propostas, intenções de propostas, etc.) antes da apresentação das propostas pode ser suficiente para estabelecer uma presunção de manipulação de propostas e, por conseguinte, uma infração às regras da concorrência.

1.1.4 Intercâmbio de informações

O direito da concorrência não só proíbe os concorrentes de chegarem a acordo sobre os preços ou a repartição dos clientes e/ou dos territórios, como também proíbe os concorrentes de trocarem entre si informações comerciais sensíveis, actuais ou futuras, mesmo que não se chegue a acordo. Este intercâmbio pode reduzir a incerteza que deve existir num mercado concorrencial e pode afetar o comportamento autónomo das empresas, de modo a que as suas estratégias comerciais sejam coordenadas.

Deste modo, não poderá ser partilhada com uma empresa concorrente qualquer informação que revele ou permita revelar as estratégias comerciais que as empresas do Grupo El Corte Inglés adoptarão no mercado. É proibida a divulgação/troca/aceitação de informação com concorrentes que esteja relacionada, em particular e entre outros aspectos, com:

a) Preços, descontos, abatimentos, custos (incluindo salários), políticas de preços, anúncios de alterações ou aumentos de preços, condições de crédito, etc;

b) Volumes de vendas, participação em concursos ou condições relacionadas com clientes ou fornecedores;
c) Planos comerciais, acordos específicos com clientes ou fornecedores, condições comerciais de compra ou venda.

Uma única troca de informações deste tipo, independentemente de se chegar ou não a um acordo entre concorrentes, é considerada pelas autoridades da concorrência como uma infração muito grave.

Além disso, as autoridades da concorrência consideram frequentemente as trocas de informações comerciais como um indício da prática de outros comportamentos proibidos (por exemplo, acordos de fixação de preços, manipulação de propostas, etc.).

1.1.5 Participação em associações setoriais

As associações setoriais podem desempenhar um papel importante na conceção das políticas e na defesa dos interesses do setor e na representação dos seus membros junto da administração e da sociedade. No entanto, as associações podem também ser a fonte ou o foco de comportamentos anti-concorrenciais, uma vez que são, afinal, reuniões de empresas concorrentes.

Por conseguinte, é importante ser muito claro quanto às regras a respeitar no que respeita à participação de empresas do Grupo em associações, a fim de evitar possíveis infracções ao direito da concorrência.

1.2 Comportamento vertical

O comportamento vertical ocorre entre empresas a diferentes níveis da cadeia de produção e comercialização (por exemplo, entre um fabricante e um distribuidor, entre um distribuidor grossista e um distribuidor retalhista).

Os comportamentos mais comuns e graves que podem ocorrer no âmbito de um acordo ou relação vertical são os seguintes

1.2.1 Preços de revenda

A fixação de preços de revenda pelo fabricante aos distribuidores é restritiva da concorrência. Por conseguinte, quando as empresas do Grupo actuam como revendedores nas suas relações com os seus fornecedores, o fornecedor nunca deve fixar, direta ou indiretamente, os preços a que a organização deve revender os produtos adquiridos. Tal deve-se ao facto de as empresas do Grupo ECI

deverem ser livres de estabelecer a sua própria estratégia comercial, incluindo o preço a que os produtos são revendidos.

1.2.2 Restrições territoriais/restrições do cliente

Uma restrição territorial ou de cliente é uma limitação imposta ao distribuidor relativamente aos territórios e/ou clientes aos quais o cliente/distribuidor pode vender os produtos. No Espaço Económico Europeu, o princípio geral é que qualquer restrição à revenda de produtos é proibida.

1.2.3 Obrigações de não concorrência (marca única)

Em determinadas circunstâncias, é permitido a um fornecedor proibir um distribuidor de vender um produto concorrente. Contudo, devem ser tidas em conta as seguintes **precauções**:

a) A obrigação pode ter uma duração máxima de 5 anos e pode ser tacitamente renovada para além deste período de 5 anos, desde que o distribuidor possa efetivamente renegociar ou rescindir o contrato de distribuição (mediante notificação num prazo razoável e a um custo razoável).
b) Se a obrigação de não concorrência é pós-contratual (após o termo do contrato):
    i. A proibição só pode ter uma duração máxima de um ano;
    ii. A proibição deve ser necessária para proteger o saber-fazer transferido durante a vigência do contrato;
    iii. A proibição deve ser limitada às instalações do distribuidor.

1.2.4 Obrigações de fornecimento exclusivo

Em determinadas circunstâncias, é possível proibir um fornecedor do Grupo (por exemplo, de equipamento) de vender o seu produto a um concorrente. No entanto, devem ser tomadas as seguintes precauções:

a) Se a quota de mercado tanto da empresa do grupo como do seu fornecedor for inferior a 30%, este tipo de obrigação de fornecimento exclusivo será geralmente compatível com o direito da concorrência, independentemente da sua duração;
b) Se alguma destas quotas de mercado for superior a 30%, é necessária uma análise mais pormenorizada da situação;
c) Em todo o caso, a Direção dos Assuntos Jurídicos deve ser consultada antes de assumir uma obrigação de fornecimento exclusivo, a fim de determinar a sua compatibilidade com o direito da concorrência.

1.3 Abuso de posição dominante

O domínio não é proibido, apenas o seu abuso o é.

A empresa em posição dominante é mais responsabilizada: o mesmo comportamento pode ser abusivo se a empresa estiver em posição dominante e, inversamente, lícito se não estiver. Por outras palavras, as empresas em posição dominante não podem adotar comportamentos que outras empresas podem adotar.

Uma empresa detém uma posição dominante num mercado quando, no desenvolvimento da sua estratégia comercial, pode atuar de forma independente, sem ter em conta os seus concorrentes, fornecedores ou clientes.

Para avaliar se uma empresa detém uma posição dominante, é necessário começar por definir o mercado relevante em que a empresa opera, em termos de mercado de produtos ou serviços (que outros produtos ou serviços exercem uma pressão concorrencial significativa sobre o produto ou serviço em análise) e de mercado geográfico (área em que as condições de concorrência são suficientemente homogéneas). Regra geral, um produto pertence a um mercado específico se for "razoavelmente permutável" com outros produtos, tanto do lado da procura como, sobretudo, do lado da oferta.

Uma vez definido o mercado relevante, o fator mais relevante para avaliar se existe uma posição dominante é a quota de mercado. Embora este seja um fator importante, não é o único. Outros factores a ter em conta são o número de concorrentes e as suas quotas de mercado, os obstáculos à entrada no mercado, o dinamismo do mercado (entrada e expansão de concorrentes) e o poder de negociação da procura.

Abaixo de 40% de quota de mercado é improvável que exista uma posição dominante (embora a partir de 30%-35% possa ser aconselhável analisar em pormenor a existência ou não de tal posição).

Se uma empresa detivesse uma posição dominante num determinado mercado, certas atividades unilaterais, que de outra forma poderiam ser consideradas práticas comerciais perfeitamente legais, poderiam ser consideradas um abuso e, por conseguinte, proibidas.

1.4 Conduta desleal

As regras de concorrência espanholas (mas não as da União Europeia) proíbem um terceiro tipo de comportamento, para além dos acordos anticoncorrenciais (horizontais ou verticais) e do abuso de posição dominante: os actos de concorrência desleal que, ao distorcerem a livre concorrência, afetam o interesse público.

É considerado desleal qualquer comportamento que seja objetivamente contrário às exigências da boa fé. São exemplos de actos de concorrência desleal os actos de engano, confusão, difamação, etc.

Os actos desleais são passíveis de serem processados ao abrigo da Lei da Concorrência Desleal perante os tribunais de comércio. No entanto, se, pela sua natureza ou alcance, para além de serem desleais, distorcerem a livre concorrência, tornam-se infracções à Lei da Defesa da Concorrência e podem ser objeto de um processo judicial junto da CNMC.

O Grupo deve evitar a prática de actos que possam ser considerados desleais e anti-concorrenciais.

Trata-se de actos de concorrência desleal:

a) Atos de engano;
b) Atos de confusão;
c) Omissões enganosas;
d) Práticas agressivas;
e) Atos de difamação;
f) Atos de comparação em determinadas circunstâncias;
g) A imitação actua em determinadas circunstâncias;
h) Exploração da reputação de terceiros;
i) Violação de segredos comerciais;
j) Induzir o incumprimento do contrato;
k) Violação de regras que proporciona uma vantagem competitiva significativa;
l) Discriminação;
m) Exploração da dependência económica;
n) Vender com prejuízo em determinadas circunstâncias;
o) Publicidade ilícita;
p) Práticas comerciais desleais para os consumidores por serem enganosas ou agressivas.

Riscos no contexto das operações de fusões e aquisições

Para além de proibirem os comportamentos descritos no n.º 5, as regras de concorrência contêm um conjunto de regras conhecidas como regras de controlo das concentrações, nos termos das quais determinadas fusões e aquisições ou *empresas comuns*, as chamadas "concentrações", em que as partes excedem determinados limiares de volume de negócios

e/ou de quotas de mercado, devem ser notificadas à autoridade de concorrência competente para aprovação antes da sua realização.

No contexto de qualquer concentração em que exista uma obrigação de notificação, existe, por conseguinte, um dever de não realizar a operação até que seja obtida uma autorização (a chamada obrigação de ***"stand still"***). Antecipar a tomada de controlo da operação constitui uma infração às regras de concorrência, normalmente designada por "*gun jumping"*. Para o evitar, é necessário que as partes na operação actuem de forma independente no mercado até à conclusão da operação, sem que o adquirente comece a tomar decisões sobre a empresa a adquirir antes da autorização da autoridade da concorrência para a realização da operação.

Além disso, quando as partes na transação são concorrentes, existe uma obrigação adicional de evitar trocas ilícitas de informações: a obrigação que se aplica sempre aos concorrentes, tal como referido na secção 5.1.4. Para este efeito, é necessário que qualquer troca de informações entre as partes numa transação que sejam concorrentes siga as seguintes regras:

a) o número de pessoas com acesso a informações sensíveis do ponto de vista da concorrência é limitado, formando uma estrutura normalmente designada por ***"equipa limpa"***, uma equipa em que apenas podem participar pessoas sem responsabilidades quotidianas na empresa, de preferência apenas consultores externos; ou
b) a informação acedida é limitada, através de censura ou agregação de dados, ou através de qualquer processo que retire a sua sensibilidade concorrencial.

Consequências jurídicas do incumprimento das regras do direito da concorrência

A violação das regras do concurso pode expor a Organização a

i. Coimas até 10% do volume de negócios total do Grupo a nível mundial;
ii. **Responsabilidade da sociedade-mãe** pelas infracções das suas filiais (a menos que se prove que a sociedade-mãe não determina o comportamento da filial), pelo que a sociedade-mãe será solidariamente responsável pelo pagamento da coima aplicada a uma filial, podendo o volume de negócios consolidado do grupo ser utilizado para efeitos de cálculo da sanção aplicada;
iii. Pagamento de **indemnizações por danos** resultantes de acções cíveis intentadas por clientes, consumidores finais, concorrentes, fornecedores e, em geral, por

qualquer parte lesada por um comportamento anticoncorrencial, incluindo, se for caso disso, as administrações públicas;

iv. Coimas até 60 000 euros para **pessoas singulares** envolvidas em comportamentos anti-concorrenciais;

v. Proibição de contratar com a Administração Pública;

vi. Danos significativos à **reputação** do Grupo e dos trabalhadores sancionados;

vii. **Invalidade** de acordos anti-concorrenciais; e

viii. Custos e tempos despendidos na gestão **jurídica** e na **defesa** em eventuais processos disciplinares e/ou pedidos de indemnização.

Sanções pela aplicação das regras de concorrência

O incumprimento do disposto na presente Política, bem como de quaisquer outras normas internas do Grupo e do seu Código de Ética, pode conduzir à aplicação das medidas disciplinares adequadas, tudo de acordo com o disposto no Estatuto dos Trabalhadores, nos Acordos Coletivos de Trabalho aplicáveis e demais legislação laboral aplicável.

Diligência devida na seleção de terceiros

Os processos de diligência devida referem-se aos processos de seleção e à manutenção das relações com os Parceiros Comerciais do Grupo El Corte Inglés, para que o seu comportamento esteja sempre alinhado com os valores e normas da Organização, com a regulamentação aplicável nos mercados e com as boas práticas existentes.

Por conseguinte, a diligência devida antitrust é um processo essencial para garantir que a Organização opera em conformidade com as leis e regulamentos da concorrência, promovendo um ambiente empresarial justo e transparente.

Este processo implica a identificação, avaliação e gestão dos riscos relacionados com a concorrência, a fim de evitar comportamentos anticoncorrenciais e garantir o cumprimento.

Para o efeito, a organização deve

- Proceder a uma avaliação inicial das suas atividades para identificar potenciais riscos anticoncorrenciais.
- Rever e atualizar as políticas internas para garantir que estas proíbem expressamente as práticas anti-concorrenciais.
- Estabelecer procedimentos de controlo interno para acompanhar e analisar as decisões comerciais que possam ter implicações concorrenciais.

- Formação contínua: Proporcionar formação contínua, especialmente a grupos particularmente expostos, sobre a legislação em matéria de concorrência e os regulamentos internos neste domínio.
- Estabelecer um canal seguro e confidencial de comunicação de não-conformidades para que todos os membros da Organização e outras partes interessadas possam comunicar comportamentos anti-concorrenciais sem receio de retaliações.

Do mesmo modo, os Membros da Organização que, devido ao seu cargo, tenham sido incumbidos de poderes de seleção ou aprovação de Terceiros, deverão considerar se dispõem de medidas que ajudem a detetar, prevenir e reagir adequadamente aos riscos de concorrência nas operações, projectos ou atividades que sejam objeto da relação comercial ou contratual com as empresas do Grupo El Corte Inglés.

Conhecimento e declaração de cumprimento

O cumprimento das normas e padrões éticos é um compromisso de toda a Organização e constitui um objetivo estratégico da mesma, pelo que se espera que todos os Membros da Organização conheçam e respeitem o conteúdo desta Política. De igual modo, e no que respeita aos Parceiros de Negócio, espera-se que estes desenvolvam comportamentos alinhados com a mesma.

Este compromisso deve ser formalizado por meio de:

i. Declarações de cumprimento com os princípios aí desenvolvidos pelos membros da Organização, através da sua adesão às **Normas Éticas Elevadas**,
ii. Cláusulas de cumprimento incluídas nos contratos com os parceiros comerciais
iii. Adesões ou reconhecimentos expressos por parte dos órgãos de administração das sociedades que fazem parte do Grupo Corte Inglés, de acordo com as normas internas elaboradas para o efeito.

A Direção de Cumprimento e Controlo de Riscos do Grupo El Corte Inglés deverá ser informada destas adesões e das suas renovações no momento da sua formalização.

Quando se produzirem alterações significativas na presente Política, entendidas como aquelas que requerem a aprovação formal do Conselho de Administração do El Corte Inglés, S.A., os compromissos anteriores deverão ser formalmente renovados.

Com o objetivo de garantir que todos os Membros da Organização conheçam o conteúdo da presente Política, esta encontra-se disponível tanto nos sistemas de comunicação interna como no sítio web corporativo do El Corte Inglés. Além disso, será objeto de acções de

formação, sensibilização e consciencialização para garantir a sua correta compreensão e aplicação prática.

Em particular, é obrigatório que todos os funcionários e gestores participem na formação de competências ministrada pela Organização para garantir o conhecimento e a compreensão destas normas, a fim de reduzir o risco de incumprimento.

A Organização reagirá imediatamente a possíveis violações das disposições desta Política, de acordo com as disposições do seu regulamento interno e dentro dos parâmetros estabelecidos na legislação em vigor.

Comunicação de incumprimentos

A Direção de Cumprimento Regulamentar e Controlo de Riscos deve ter conhecimento de qualquer possível violação da presente Política ou da legislação aplicável em matéria de concorrência, a fim de poder resolver o problema de forma rápida e eficaz. Por isso, qualquer Membro da Organização, Parceiro de Negócio ou Terceiro que tenha uma relação direta e um interesse comercial ou profissional legítimo, ao tomar conhecimento de qualquer comportamento que possa ser incompatível com as normas de concorrência, ao detetar um incumprimento da presente Política ou ao ter dúvidas sobre se alguma prática observada pode constituir um ato contrário a estas normas, tem a obrigação de contactar imediatamente o Responsável pelo Controlo de Cumprimento e Riscos do Grupo El Corte Inglés através do Canal Ético, em qualquer um dos seus canais de comunicação:

- **Canal Digital :**

  O Grupo El Corte Inglés dispõe de um canal digital ao qual se pode aceder através do seguinte endereço web:

  https://www.elcorteingles.es/informacioncorporativa/es/gobierno-corporativo/etica-y-cumplimiento/

  Este acesso está disponível no sítio Web da empresa e, adicionalmente, na intranet da NEXO para os membros da Organização.

- **Endereço postal:**

  El Corte Inglés, S.A.
  Responsável pelo cumprimento
  c/ Hermosilla, 112
  28009 Madrid

- **Departamento de Cumprimento Regulamentar Telefone:** 91 401 85 00
- **Solicitar uma reunião presencial ou por meios telemáticos**

As informações transmitidas por esta via são confidenciais, assim como a identidade dos informadores, aos quais a Organização agradece a sua colaboração e garante que não haverá represálias.

Além disso, o Responsável pela Cumprimento e Controlo de Riscos pode agir por sua própria iniciativa para investigar quaisquer indícios de incumprimento da presente Política.

Adoção, entrada em vigor e atualização

A presente Política entrará em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho de Administração do El Corte Inglés S.A.

Esta Política deve ser mantida atualizada ao longo do tempo. Para o efeito, deve ser revista numa base anual ordinária, e numa base extraordinária, e em qualquer caso o mais rapidamente possível, sempre que se verifiquem alterações significativas na esfera de atividade ou organização do Grupo, tais como reorganizações internas significativas, modificações estruturais (fusões e aquisições), entrada em novos mercados, alteração do objeto social, alterações jurisprudenciais significativas ou reformas legislativas que tenham impacto direto ou indireto na aplicação prática das regras de concorrência e, consequentemente, da presente Política.

O Departamento de Cumprimento e Controlo de Riscos é responsável pela avaliação de quaisquer alterações propostas, com o apoio do Comité de Cumprimento e Controlo de Riscos.

Além disso, se as alterações forem materiais, devem ser submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, após proposta do Comité de Auditoria e Cumprimento.

Sempre que, em resultado de uma revisão, forem feitas alterações relevantes a esta Política, essas alterações serão amplamente divulgadas e a nova versão do documento será publicada na intranet e no sítio Web da empresa.

A formação anual em matéria de concursos será igualmente atualizada para incorporar e abordar os novos desenvolvimentos.

Radiodifusão

Esta Política estará disponível no NEXO para todos os Membros da Organização e na página web corporativa para todos os grupos de interesse do Grupo ECI, uma vez aprovada pelo Conselho de Administração do El Corte Inglés, S.A.

Da mesma forma, o Departamento de Cumprimento e Controlo de Riscos será responsável por promover as acções necessárias para a sua adequada divulgação e conhecimento.

Controlo, acompanhamento e supervisão

1.5 Controlo e monitorização

O Departamento de Cumprimento Normativo e Controlo de Riscos é responsável pelo controlo e monitorização contínuos das disposições da presente Política, seguindo o procedimento estabelecido nos Estatutos e nos Regulamentos dos Órgãos de Função de Cumprimento.

1.6 Supervisão da auditoria interna

O departamento de Auditoria Interna analisará a adequação e a eficácia das medidas aplicadas no Sistema de Gestão da Cumprimento Penal para supervisionar o cumprimento da regulamentação aplicável às diferentes atividades da Organização, emitindo o correspondente relatório a apresentar à Comissão de Auditoria e Controlo.

O departamento de Auditoria Interna procederá à revisão do Sistema de Gestão de Criminal Compliance do Grupo na medida em que o Plano Anual de Auditoria aprovado pela Comissão de Auditoria e Controlo inclua trabalhos relacionados com o referido Sistema e, extraordinariamente, em resultado da ocorrência de incidentes ou da identificação de irregularidades. Como resultado dessas auditorias, a Auditoria Interna emitirá o correspondente relatório, emitindo recomendações no caso de serem identificadas oportunidades de melhoria.

As oportunidades de melhoria potencialmente identificadas em resultado destas análises devem ser tidas em conta no processo de melhoria contínua do sistema de gestão de cumprimento penal.

CONTROLO CAMBIAL

Versão 1.0 aprovada pelo Conselho de Administração em 28/06/2023

Versão	Data de alteração	Objeto da alteração	Artigos em causa
2.0	30/10/2024	- Adaptação da política aos requisitos da Diretiva relativa aos relatórios de sustentabilidade das empresas. - Identificação dos princípios políticos - Alargamento dos aspectos do processo de diligência devida. - Inclusão de referência ao novo regulamento interno para a adesão das empresas do Grupo às Políticas Corporativas. - Atualização dos canais digitais para a comunicação de incumprimentos. - Incorporação da secção de divulgação	- Introdução - Princípios de ação - Diligência devida - Conhecimento e declaração de cumprimento - Comunicação de incumprimentos - Radiodifusão

Última revisão, outubro de 2024

Anexos

Anexo I - Definições

As definições dos termos frequentemente utilizados no presente documento e nos regulamentos conexos que constituem o Sistema de Gestão de Cumprimento Penal do EL CORTE INGLÉS são indicadas a seguir.

- **Abuso de posição dominante:** Comportamento praticado por uma empresa em posição dominante para explorar os seus clientes ou fornecedores ou para excluir os seus concorrentes. Trata-se de um conceito objetivo, sem necessidade de intenção. Não existe uma lista fechada de comportamentos que possam ser considerados abusos de posição dominante.
- **Acordos proibidos ou comportamento colusivo:** Qualquer acordo coletivo, decisão ou recomendação, ou prática concertada ou conscientemente paralela que tenha por objeto ou efeito impedir, restringir ou falsear a concorrência nos mercados.
- **Quadros Superiores:** São Quadros Superiores os colaboradores da Organização que, por decisão do Conselho de Administração, e na dependência orgânica ou funcional do Conselho, de uma das suas Comissões ou de um dos seus membros, são classificados como tal quando exercem poderes inerentes à titularidade jurídica da empresa e relativos aos seus objetivos gerais, com autonomia e plena responsabilidade apenas limitada pelos critérios e instruções diretas emanadas dos órgãos sociais.
- **Comissão de Auditoria e Controlo:** órgão permanente do Conselho de Administração, de natureza informativa e consultiva, sem funções executivas, com plenos poderes de informação, aconselhamento e proposta no seu âmbito de atuação, que inclui, entre outras áreas, a do Cumprimento Normativo.
- **Comissão Nacional dos Mercados e da Concorrência ou CNMC**: Autoridade administrativa independente, com personalidade jurídica própria, que promove e preserva o bom funcionamento de todos os mercados no interesse dos consumidores e das empresas. Aplica, entre outras regras e entre outras autoridades, as regras para a defesa da concorrência em Espanha.
- **Comité de Conformidade e Controlo de Riscos:** órgão colegial de natureza executiva e orientado para a tomada de decisões, encarregado de aconselhar o Chefe da Função de Cumprimento e o Chefe da Função de Controlo e Gestão de Riscos sobre todos os aspectos considerados relevantes no desempenho das suas funções.
- **Comportamento colusivo**: Coordenação do comportamento concorrencial das empresas. No caso de um comportamento colusivo, o resultado dessa coordenação é suscetível de se traduzir em preços mais elevados, numa restrição da produção e num aumento dos lucros

das empresas participantes. O comportamento colusivo nem sempre é estabelecido por acordos explícitos entre empresas: pode também resultar de situações em que as empresas actuam por conta própria mas, reconhecendo a sua interdependência com os seus concorrentes, exercem conjuntamente o poder de mercado com os outros concorrentes em colusão. Esta prática é designada por "colusão tácita". Fonte: CNMC.

- **Conduta desleal:** conduta definida como tal na Lei 3/1991, de 10 de janeiro, relativa à concorrência desleal.
- **Comportamento anticoncorrencial horizontal:** acordos entre empresas concorrentes que têm por objeto ou efeito a restrição da concorrência.
- **Comportamento anticoncorrencial vertical**: acordos entre empresas em diferentes fases da cadeia de produção e distribuição que têm como objeto ou efeito a restrição da concorrência no mercado.
- **Conselho de Administração: o** órgão de administração do El Corte Inglés, S.A. responsável, em última instância, pela gestão e pelos resultados das atividades desenvolvidas pela sociedade, pelo seu sistema de governo e pelas políticas corporativas, perante o qual a Alta Direção reporta e responde.
- **Defesa da concorrência:** A existência de uma concorrência efectiva entre empresas é um dos elementos definidores da economia de mercado, disciplinando a atuação das empresas e reafectando os recursos produtivos em favor dos operadores ou técnicas mais eficientes. Esta eficiência produtiva é transmitida ao consumidor sob a forma de preços mais baixos ou de um aumento da quantidade de produtos oferecidos, da sua variedade e qualidade, com o consequente aumento do bem-estar de toda a sociedade. Fonte: CNMC.
- **EL CORTE INGLÉS**: inclui El Corte Inglés, S.A. e as entidades que compõem o seu Perímetro de Controlo Penal.
- **Grupo El Corte Inglés / Grupo / Organização:** conjunto de empresas que constituem o Grupo El Corte Inglés.
- ***Gun jumping:*** Execução de uma operação de concentração económica, que deveria ter sido notificada para autorização prévia, antes de a autoridade competente (no caso de Espanha, a CNMC ou a Comissão Europeia) a ter autorizado. Esta prática constitui uma infração à Lei de Defesa da Concorrência, LDC, (ou ao Regulamento CE 139/2004), uma vez que as empresas são obrigadas a notificar as suas operações de compra à CNMC (ou à Comissão Europeia) e a aguardar a sua autorização antes de as executarem quando são ultrapassados determinados limiares.

- **Informador:** pessoa singular que comunica, através do Sistema de Informação Interno, os comportamentos individuais ou coletivos que ocorrem na Organização e que podem implicar uma violação do conteúdo do Código de Ética ou dos restantes documentos do Sistema de Gestão de Cumprimento Penal.
- **Membros da Organização**: os membros do Conselho de Administração, a Alta Direção, os executivos, os empregados, os trabalhadores ou empregados temporários ou empregados sob acordo de colaboração, e os voluntários da Organização e o resto das pessoas sob a subordinação hierárquica de qualquer um dos anteriores.
- **Regras antitrust**: Regras cujo objetivo é garantir a existência de uma concorrência efectiva entre empresas, que é um dos elementos definidores da economia de mercado, com o fim último de assegurar que os consumidores usufruam de preços mais baixos ou de um aumento da quantidade de produtos oferecidos, da sua variedade e qualidade, com o consequente aumento do bem-estar de toda a sociedade. As regras antitrust aplicáveis em Espanha estão previstas na Lei 15/2007, de 3 de julho, sobre a Defesa da Concorrência e no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, bem como nos respectivos regulamentos de execução.
- **Partes Interessadas/Grupos de Interesse:** pessoas singulares ou coletivas que, não sendo Parceiros Comerciais ou Membros da Organização, podem ser afetadas ou consideradas afetadas por uma decisão ou atividade da Organização.
- **Perímetro de Controlo Penal:** inclui o El Corte Inglés S.A. e as entidades que aderem à Política Corporativa de Prevenção da Delinquência e ao resto do Sistema de Gestão do Cumprimento Penal do El Corte Inglés, S.A. por decisão dos seus órgãos de administração corporativa, não dispondo de um Responsável pelo Cumprimento Normativo próprio nem de uma direção autónoma nesta matéria.
- **Posição dominante**: Uma posição de poder económico que confere à empresa que a detém a capacidade de impedir a manutenção de uma concorrência efectiva no mercado, permitindo-lhe comportar-se de forma consideravelmente independente dos seus concorrentes, dos seus clientes e, em última análise, dos consumidores.
- **Retaliação**: qualquer ação ou omissão proibida por lei ou que, direta ou indiretamente, resulte num tratamento desfavorável que coloque a pessoa que a sofre numa situação de desvantagem particular em relação a outra pessoa no contexto laboral ou profissional, unicamente devido ao seu estatuto de denunciante ou ao facto de ter feito uma revelação pública.
- **Responsável de Cumprimento Normativo / Direção de Cumprimento Normativo e Controlo de Riscos**: Órgão unipessoal, com poderes autónomos de iniciativa e controlo, ao qual é confiada, entre outras funções, a responsabilidade de supervisionar o bom

funcionamento do Sistema de Gestão de Cumprimento da Organização em geral, e do Sistema de Gestão de Cumprimento Penal em particular. A existência do Órgão de Cumprimento Penal cumpre o requisito estabelecido na legislação penal espanhola (artigo 31 bis do Código Penal espanhol) relativamente à supervisão do Sistema de Gestão da Conformidade Penal.

- **Responsável pelo Sistema de Informação Interno:** no Grupo El Corte Inglés, a responsabilidade pelo Sistema de Informação Interno é do Responsável pelo Cumprimento Normativo.
- **Sistema de Informação Interno**: é o canal privilegiado para comunicar a eventual prática de irregularidades. Este sistema abrange tanto o canal, entendido como uma caixa de correio ou canal de receção de informações, como o responsável pelo sistema, a política e o procedimento de gestão das comunicações.
- **Parceiros Comerciais:** qualquer pessoa singular ou coletiva, exceto os Membros da Organização, com quem a Organização tenha ou pretenda estabelecer algum tipo de relação comercial. A título de exemplo, mas não limitativo, incluem-se intermediários como agentes ou comissionistas, assessores externos, fornecedores, clientes, joint ventures ou pessoas singulares ou coletivas contratadas por qualquer das empresas do Grupo El Corte Inglés para a entrega e/ou receção de bens e/ou prestação de serviços.
- **Terceiro:** uma pessoa singular ou coletiva ou um organismo independente da Organização.